

## Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

PROCESSO Nº. 144/2023

PROJETO DE LEI EXECUTIVO: № 053/2023

**AUTORIA: Executivo Municipal** 

EMENTA: "INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE MUNIZ FREIRE - COMTURMF E DISPÕE

SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE MUNIZ FREIRE E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS".

PARECER Nº: 228/2023

#### PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL

#### RELATÓRIO:

Trata-se o presente parecer acerca de análise de projeto de lei do poder executivo nº 053/2023 que visa "INSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE MUNIZ FREIRE - COMTURMF E DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE MUNIZ FREIRE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Instruem o pedido, no que interessa: (i) ofício; (ii) Mensagem; (iii) Minuta do Projeto de Lei nº 053/2023.

Em apertada síntese, o Executivo Municipal pretende instituir o Conselho Municipal de Turismo de Muniz Freire - COMTURMF, criado com o objetivo de implementar a política municipal de turismo, junto a Secretaria Municipal de Turismo, como órgão deliberativo e de assessoramento, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos doart. 180 da Constituição Federal.

É o breve relatório, segue Parecer opinativo.

Página 1 de 3



Rua João Ivo Aguilar, nº 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.



### Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

#### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Inicialmente, importante destacar que o exame da Procuradoria Jurídica cinge-se somente à matéria jurídica envolvida, nos termos de sua competência legal, tendo por base os documentos juntados, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica, bem como em questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos setores competentes e da decisão do Plenário.

Quanto ao aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para a apreciação da matéria e preenche os requisitos estabelecidos nos artigos 190, alínea b e 202 do Regimento Interno desta casa de leis.

No tocante a competência, a proposição em análise é de competência do Município, pois compete a este legislar sobre assuntos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso I da Constituição Federal.

Por fim, o projeto tem o objetivo de instituir o Conselho Municipal de Turismo de Muniz Freire - COMTURMF, criado com o objetivo de implementar a política municipal de turismo, junto a Secretaria Municipal de Turismo, como órgão deliberativo e de assessoramento, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do art. 180 da Constituição Federal.

De acordo com a proposta do executivo, o Fundo Municipal de Turismo de Muniz Freire - FUNTURMF tem como objetivo a captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte as ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Turismo.

Página 2 de 3





# Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo Procuradoria Geral

Nos termos do artigo 271 do Regimento Interno da Câmara Municipal, a aprovação do referido Projeto de Lei dependerá das deliberações por maioria simples de votos em Plenário.

Destarte, ressaltamos que, incumbe a esta Procuradoria Geral prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar nas razões e pertinência temática do projeto, motivo pelo qual o presente posicionamento contém natureza opinativa, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Ante o exposto, s.m.j., não se vislumbra óbice ao pretendido, visto que o presente Projeto de Lei atende aos pressupostos constitucionais e legais, ressalvado o juízo de mérito da Administração, bem como os aspectos técnicos envolvidos, que escapam à análise dessa Procuradoria Jurídica, e pelos fundamentos apresentados, conclui-se e exara-se parecer favorável, prosseguindo-se ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei 053/2023, submetendo-o para análise das Comissões Temáticas desta Casa, e posteriormente, à deliberação Plenária.

Muniz Freire, 22 de novembro de 2023.

MATHEUS DOS REIS SOBREIRA OAB/ES 19.505 PROCURADOR GERAL

JOÃO LUIZ ALBANEZ OAB/ES 39.486 ASSESSOR DE APOIO JURÍDICO

Página 3 de 3



Brasil.